



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 32/2021
Período: 04/09/2021 - 10/09/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Comemorações do 7 de Setembro I: o que se esperava das manifestações
- 2- “Operação Formosa” custou milhões de reais
- 3- Orçamento público e aumento de cargos militares
- 4- Comemorações do 7 de Setembro II: como atuavam os militares segundo a imprensa
- 5- Forças Armadas e Polícia Militar
- 6- Periódicos comentaram a presença de membros das Forças Armadas no poder político do Brasil
- 7- Militares se organizam para possível apagão
- 8- Acúmulo de funções e salários por militares dirigentes de estatais
- 9- Aumento do desmatamento na Amazônia e crítica a atuação militar na região
- 10 Comemorações do 7 de Setembro III: Invasão à Esplanada em protestos
- 11- Comparações entre filme brasileiro sobre o nazi-fascismo e a atual gestão de Bolsonaro
- 12- Comemorações do 7 de Setembro IV: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos repudia intenção de atos antidemocráticos
- 13- A comemoração do Dia da Independência na ditadura
- 14- Comemorações do 7 de Setembro V: Cartazes golpistas ocupam manifestações bolsonaristas
- 15- Economista comentou o “milagre” econômico da ditadura militar
- 16- Supremo retomará julgamento que coloca em crédito a política armamentista do governo federal
- 17- Militar indicado pelo ministro da Defesa fará parte da Comissão de Transparência das Eleições de 2022
- 18- Periódico relembrou a tensão entre civis e militares na Campanha da Legalidade, em 1961
- 19- Monólogo em cartaz em São Paulo retratou a experiência da ditadura militar
- 20- Sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em São Paulo poderá se tornar um centro de memória às vítimas da ditadura militar

1- Comemorações do 7 de Setembro I: o que se esperava das manifestações
Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista e escritora Cristina Serra contou o que esperava do presidente da República Jair Bolsonaro

nas manifestações convocadas pelo no Dia da Independência do Brasil. Primeiramente, Serra o classificou de “terrorista” ao lembrar o ano de 1987 quando a revista *Veja* publicou uma matéria sobre o plano de Bolsonaro para explodir bombas em quartéis em uma demonstração de protesto contra os baixos salários da tropa. A jornalista identificou terrorismo com golpismo e notou que um dos conselheiros de Bolsonaro, o general Augusto Heleno, foi ajudante de Sílvio Couto Coelho da Frota, o ministro do Exército durante os anos linha dura do regime militar (1964-1985) sob o comando do general Ernesto Geisel. Durante os anos que foi ministro, tentou dar um golpe, sem sucesso, em Geisel por considerar que o comunismo estava se infiltrando no governo. Apesar da fracassada tentativa, os anos linha dura continuariam promovendo atentados com bombas contra alvos civis. Por essa razão, Serra considerou que “O terrorismo e o golpismo estão no DNA deste governo de gente bandida, criminosa, disposta a ir para o tudo ou nada, como Bolsonaro ameaça o tempo todo.” Para a jornalista, isso não significava que o presidente encontraria apoio nas Forças Armadas pois acreditava que não há uma coesão forte o bastante entre os militares e a direita civil. Dessa forma, concluiu que o melhor teria sido deixar Bolsonaro “latindo sozinho neste feriado”. Por outro lado, em outra coluna opinativa, o jornalista Hélio Schwartsman, comentou sobre a possibilidade de um golpe no Dia da Independência e notou que havia um considerável apoio popular ao presidente e, de forma mais preocupante, Bolsonaro poderia contar com o suporte de Polícias Militares (PMs), milicianos e de vários setores do baixo oficialato das forças militares. Em coluna escrita no periódico *O Estado de S. Paulo*, o escritor e professor da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) João Gabriel de Lima comentou sobre a democracia brasileira e sua Constituição Federal (CF). Nela, o papel dos militares é exposto de uma forma que não cause nenhuma dúvida. Para discorrer sobre isso, o professor comentou sobre o livro “Dano Colateral” da jornalista Natalia Viana que lembra nele um artigo que escreveu sobre a “Garantia da Lei e da Ordem”. Neste discorreu que o Exército não serviria como um “poder moderador”, como afirmado por Bolsonaro nas últimas semanas, mas somente agiria quando convocado por poderes civis. Ademais, a jornalista, que conversou com diversos generais, disse que não acreditava que o Exército forneceria apoio a qualquer possível “aventura autoritária” de Jair Bolsonaro. Segundo o professor também, os militares mostraram uma “postura legalista” nos últimos tempos, fornecendo certo apoio aos movimentos civis. Além disso, em uma coluna do jornal *Folha de S. Paulo*, Celso Rocha de Barros afirmou que as manifestações marcadas para o dia 07/09/21 foram planejadas por um longo tempo. O autor afirmou que tais “manifestações fascistas” eram inéditas, diferenciando-se das de caráter democrático através da tentativa de destruir os limites impostos pela democracia. Para ele, as manifestações deste 7 de setembro seriam um “festival de reacionarismo” e que para as Forças Armadas aplicarem um golpe, dependeria de uma sintonia popular, que não está muito evidente neste momento. Mas para Barros, caso quisessem realmente efetivar o golpe, as Forças Armadas necessitariam somente de uma desculpa para tal ato. Segundo o *Correio Braziliense*, apesar de possuir apoiadores para uma “guinada mais radical”, o presidente não possuía o respaldo das Forças Armadas para aventuras autoritárias. Nesse sentido, em entrevista para a *Folha*, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcos Nobre ainda ressaltou que, apesar do sentimento de impressionismo decorrente do não

posicionamento claro das Forças Armadas, estes não apoiariam um golpe se houvesse um grande movimento pró-democrático. (Correio Braziliense- Poder-07/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 04/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 04/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 06/09/21; Folha de S. Paulo - Poder-07/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/09/21)

2- A “Operação Formosa” custou milhões de reais

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a “Operação Formosa” custou cerca de R\$ 3,7 milhões de reais aos cofres públicos. Este valor foi fornecido ao *Estado* pela Marinha através da Lei de Acesso à Informação (LAI) e se refere a uma operação regular de treinamento das Forças Armadas, que contou pela primeira vez com um desfile de blindados em frente ao Palácio do Planalto, no dia 10/08/21. O desfile ocorreu no mesmo dia em que também ocorria a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Voto Impresso. Segundo o periódico, o desfile foi interpretado como uma tentativa do presidente da República Jair Bolsonaro de intimidar o Poder Legislativo a fim de que aprovassem o texto. A justificativa do desfile, que contou com 150 veículos militares, foi a de realizar um convite a Bolsonaro e outras autoridades da República para que atendessem ao evento no dia 16/08/21, chamado de “Demonstração Operativa”. Este é um desfile que tem o intuito de demonstrar os equipamentos militares da nação. A Marinha também informou ao periódico que a operação ocorre desde 1988 “com o propósito de assegurar o preparo do Corpo de Fuzileiros Navais como força estratégica, de pronto emprego e de caráter anfíbio e expedicionário, conforme previsto na Estratégia Nacional de Defesa”. Ademais, o ano de 2021 foi o primeiro que contou com a participação do Exército e da Aeronáutica, o que, segundo a Marinha, auxilia “de modo a incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas do País”. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 04/09/21)

3- Orçamento público e aumento de cargos militares

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o orçamento da União de 2022 prevê aumento de gastos com contratação de agentes públicos, gerando um total de 73.640 novos cargos públicos. O Congresso Nacional prevê despesa de R\$ 5,3 bilhões para as novas contratações. Segundo o periódico, o governo estimou que serão criados 1.129 postos militares e outras 53.442 vagas para outros órgãos que também incluem os militares. No entanto, não há previsão de reajuste dos salários dos servidores em 2022. Além disso, segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Economia afirmou por meio de nota uma quantidade total de 66,7 mil novas vagas para o “funcionalismo federal”, após pedido do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por concurso. Segundo Leonardo Rolim, presidente do INSS, há uma estimativa de 11,6 mil vagas para cargos, postos e graduação das Forças Armadas, temporários e efetivos, e para o anteprojeto de Lei que cria os cargos comissionados de militares (CCM), além de 1,1 mil gratificações de militares fora de serviço (GMFF). (*Correio Braziliense* - Economia - 07/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Economia e Negócios - 04/09/21)

4 - Comemorações do 7 de Setembro II: como atuavam os militares segundo a imprensa

De acordo com o *Correio Braziliense*, as Forças Armadas não iriam aderir às manifestações pró-Bolsonaro no Dia da Independência do Brasil, apesar das várias tentativas do presidente da República Jair Bolsonaro de envolver os militares em seu discurso político, inclusive com a exigência da presença da cúpula das Forças Armadas no evento. Os militares da ativa ouvidos pelo periódico ressaltaram a natureza das Forças Armadas como uma instituição de Estado, além da necessidade de o presidente focar na governabilidade e desemprego no país. Dois deputados militares também se manifestaram, Major Vitor Hugo e General Peternelli, sobre a não participação dos militares na manifestação do Dia da Independência, além da impossibilidade de uma possível ruptura democrática. Por fim, o periódico ouviu, ainda, Danilo Moraes dos Santos, advogado constitucionalista, mestre em Poder Legislativo e professor da pós-graduação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Distrito Federal (IBMEC-DF), que alegou que devido ao histórico da Instituição no país, não seria uma preocupação infundada, mas que no contexto atual não seria possível uma “aventura” antidemocrática. Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* demonstrou preocupações quanto ao que estamos vivenciando, segundo o jornalista Juca Kfoury, colunista da *Folha* e autor de 'Confesso que Perdi' e formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), o 7 de Setembro apareceria como uma ameaça às instituições ao reunir um “bando de malucos” liderados por figuras autoritárias como os torturadores do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além de reforçar que não faltou mentiras e falácias para rupturas democráticas acontecerem anteriormente. Ademais, ainda na *Folha de S. Paulo*, uma outra reportagem sobre o Jair Bolsonaro, 7 de setembro e as Forças Militares afirmava que “Comandantes são unânimes em dizer [...] que não há espaço para golpismos, mas o fato é que não houve nenhum teste de realidade [...]”. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o coronel da reserva da Força Aérea Brasileira, Sylvio Malheiro Júnior, declarou que com o desejo de se candidatar para deputado federal na próxima eleição, participaria das manifestações de 7 de setembro, utilizando um helicóptero, alugado por ele mesmo, para filmar a mobilização. De acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, com relação aos militares que ocupam cargos no Poder Executivo, não houve unanimidade até o dia 06/09/21 sobre a participação deles nos atos do dia 07/09/21. Apesar de ter sido convidado, juntamente com os demais ministros, pelo presidente da República, o ministro da Defesa general Walter Braga Netto não havia se pronunciado sobre a sua participação nas manifestações até a antecedência dos eventos. O general Luiz Eduardo Ramos, ocupando o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), eram esperados para acompanhar o presidente Bolsonaro. Em coluna para a *Folha*, Fabio Wajngarten discorreu que o incômodo de algumas pessoas com as Forças Armadas decorre da não valorização delas nos episódios históricos e da falta de patriotismo. Além disso, o colunista disse que o único impedimento para a realização em 2021, e no ano anterior, de um desfile militar digno da empolgação do presidente Bolsonaro são as medidas sanitárias decorrentes da pandemia da covid-19. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, no dia 08/09/21, “a presença de militares e policiais nas

manifestações bolsonaristas neste 7 de Setembro foi tímida”, contando com oficiais e membros da reserva. Apesar disso, conforme reportagem do *Correio Braziliense*, o ministro Braga Netto esteve presente nas manifestações, ao lado de Jair Bolsonaro. Na visão do periódico, o movimento dos militares “desgastados” era de se distanciar do presidente nos atos. Já o jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o *Correio*, relatou que, ao invés de se manifestar, as tropas do Comando Militar do Planalto, chefiadas pelo general de divisão Rui Yutaka Matsuda estiveram de prontidão para proteger o Supremo Tribunal Federal (STF) contra os manifestantes, caso fossem requisitadas pelo presidente da Corte, Luiz Fux. (*Correio Braziliense* - Política - 05/09/21; *Correio Braziliense* - Política - 08/09/21; *Correio Braziliense* - Política - 10/09/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 05/09/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 07/09/2021; *Folha de S. Paulo* - Poder - 05/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 08/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 08/09/21; *Folha de S. Paulo* - Política - 06/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 06/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 07/09/21)

5- Forças Armadas e Polícia Militar

Em reportagem *O Estado de S. Paulo* explicou como a Polícia Militar se aproximou do bolsonarismo, e o principal exemplo foi a greve ocorrida em 2017 no Espírito Santo que contou com a ajuda das Forças Armadas para garantir a Lei e Ordem. O jornal ainda lembrou que entre 1997 e 2021, as Forças Armadas foram mobilizadas 26 vezes para lidar com greves de policiais militares. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o antropólogo Roberto Kant de Lima, pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista na área de Segurança Pública, afirmou que a hierarquia da Polícia Militar é subordinada à hierarquia do Exército. A partir disso, ele analisou que a possibilidade de golpe em um país como o Brasil só seria possível com o apoio das Polícias Militares e das Forças Armadas, pois o Exército tem o controle sobre os armamentos pesados, portanto ou o Exército impede, ou se alia e lidera o golpe. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 05/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 06/09/21)

6- Periódicos comentaram a presença de membros das Forças Armadas no poder político do Brasil

Em editorial, a *Folha de S. Paulo* se manifestou sobre a proposta legislativa na qual os servidores de carreira típicas de Estado precisariam se afastar 5 anos antes de se candidatarem a cargos políticos. No caso de membros das Forças Armadas e das Polícias Militares a proposta exigia 5 anos de afastamento antes do início do processo de escolha de candidatura e coligações. A *Folha* se posicionou a favor da proposta, afirmando que tanto a farda quanto a toga funcionam como uma segunda pele na República Democrática e que, por isso, não deveriam ser trocadas pelo paletó e a gravata dos políticos como se mudassem de camisas. Segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo*, porém, essa proposta não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, George Abboud e Pedro Estevam Serrano consideraram degenerada a interpretação, apoiada pelo presidente da República Jair Bolsonaro, do artigo 142 da Constituição Federal ao considerar as Forças Armadas um poder moderador, que conteria supostos excessos dos

outros poderes. Os autores afirmaram que é o Supremo Tribunal Federal que vem funcionando como o maior freio contra o golpismo nos dias atuais. Também na *Folha*, Jânio de Freitas afirmou em sua coluna opinativa que faltam militares e policiais autênticos. Já o jornalista Pedro Doria, em coluna para *O Estado*, observou que sempre que o país se desorganiza, um grupo grande o suficiente de brasileiros insta os militares a tomar o poder, como representantes da ordem, disciplina e competência. Doria considerou exemplos dessa opção pelo autoritarismo a Proclamação da República em 1889, o Golpe Militar de 1964 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, entre outros eventos históricos. O jornalista observou, porém, que “os governos militares foram uniformemente incompetentes, ineptos, desordeiros, corruptos e desorganizados.” (Folha de S. Paulo - editorial - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/09/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 10/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 10/09/21)

7- Militares se organizam para possível apagão

Em análise, o jornal *Folha de S. Paulo* discutiu a situação energética do país que vem passando por uma forte crise hídrica e faz com que militares das três Forças se preparem para um possível apagão. A relação dos militares com o tema é clara, visto que o Ministério das Minas e Energia é atualmente comandado por um almirante-de-esquadra, que há pouco era da ativa. A preocupação das Forças Armadas é com a reputação da instituição após o fracasso do General Eduardo Pazuello na área da Saúde, o medo é que o mesmo se repita na área da energia visto que essa área já afeta diversas pessoas com tarifa extra na conta de energia elétrica. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/09/21)

8- Acúmulo de funções e salários por Militares dirigentes de estatais

Em um levantamento realizado pela *Folha de S. Paulo* revelou que 16 das 46 estatais brasileiras estão sendo comandadas por membros das Três Forças e dessas em 15 há acúmulo de funções, ou seja, os militares estão recebendo remunerações que variam de R\$ 43 mil a R\$ 260 mil, valores esses que excedem o teto do funcionalismo público federal. Um exemplo citado na reportagem é o do General de Exército da reserva, Oswaldo Ferreira, que auxiliou o presidente da República Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018, ele acumula a remuneração como militar de R\$ 31,1 mil e a de presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em R\$ 28,6 mil brutos. Outra informação trazida pela *Folha* foi a de que muitos militares dirigentes de estatais acumulam remunerações até mesmo em empresas diretamente vinculadas ao Ministério da Defesa e aos comandos das Forças Armadas. Um exemplo é a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), que fabrica fuzis, pistolas e munições, vinculada à Defesa, através do Exército e que o presidente é o General de Exército da reserva Aderico Visconte Pardi, que recebe tanto como militar quanto como presidente da empresa, o que totaliza R\$ 49,9 mil brutos. (Folha de S. Paulo - Mercado - 05/09/21)

9- Aumento do desmatamento na Amazônia e crítica a atuação militar na região

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Amazônia brasileira registrou mais de 28 mil focos de queimadas em agosto de 2021, o 3º pior resultado do período

nos últimos 11 anos. Com isso, a principal medida do presidente da República Jair Bolsonaro vem sendo apostar na atuação das Forças Armadas na região, recebendo muitas críticas pela ineficácia de controlar o desmatamento da região e também pela comparação das verbas concedidas ao Exército na região e aos órgãos especializados em combate a crimes ambientais, que estão totalmente sucateados. Por fim, a reportagem também relembra que o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, Hamilton Mourão já colocou em dúvida algumas vezes os dados de queimadas na região. (Folha de S. Paulo - Meio Ambiente - 05/09/21)

10- Comemorações do 7 de Setembro III: Invasão à Esplanada em protestos

Em reportagem, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* noticiaram a invasão à Esplanada dos Ministérios, local ocorreu os protestos no dia 7 de setembro, por apoiadores do presidente da República Jair Bolsonaro. Visando garantir a segurança, as polícias de São Paulo e Brasília, principais focos dos protestos, elaboraram esquemas de manutenção da ordem. No Distrito Federal (DF), o Comando Militar do Planalto (CMP), setor do Exército, disponibilizou “o efetivo da Polícia do Exército, do Batalhão de Guardas Presidencial e do Regimento de Cavalaria de Guardas”, que segundo o órgão costuma estar de prontidão em manifestações. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública do DF ainda afirmou que 5 mil Policiais Militares estão a serviço do monitoramento da Esplanada. (Correio Braziliense - Poder - 09/09/21; O Estado de S. Paulo - Política- 07/09/21)

11- Comparações entre filme brasileiro sobre o nazi-fascismo e a atual gestão de Bolsonaro

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, Claudio Leal discorreu comparações entre o filme “Hitler do 3º Mundo” (1968) do diretor José Agrippino de Paula, à ditadura militar no Brasil (1964-1985) e aos recentes atos públicos de Bolsonaro. O longa foi lançado às vésperas da instituição do Ato Institucional - 5 (AI-5), maior ato de supressão de direitos individuais do regime militar, e se trata de uma alegoria do nazi-facismo disfarçado em meio a sociedade brasileira. Segundo a coluna, os recentes ataques à democracia do presidente da República Jair Bolsonaro renovaram a mensagem desta obra cinematográfica. Nesse sentido, os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), insinuações à intervenção militar, apologia à ditadura, o desfile de blindados em Brasília no dia 10/08/21 e a convocação de protestos antidemocráticos no 7 de Setembro fizeram renascer no povo, segundo Leal, “a paranoia de um golpe de Estado”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 07/09/21)

12- Comemorações do 7 de Setembro IV: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos repudia intenção de atos antidemocráticos

Segundo o Painel do jornal *Folha de S. Paulo*, em nota publicada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns no dia 06/09/21, a entidade pediu que o povo protestasse contra apologia à intolerância e ataques à democracia de apoiadores do presidente da República Jair Bolsonaro. Conforme a nota, pregar a violência e a intolerância e defender atos

antidemocráticos como o fechamento do Supremo Tribunal Federal, a intervenção das Forças Armadas e a destituição de autoridades não deveria ser tolerado, e, tais atos convocados por Bolsonaro, não possuem, de acordo com a Comissão, respaldo na Constituição Federal. (Folha de S. Paulo - Poder-07/09/21)

13- A comemoração do Dia da Independência na ditadura

De acordo com a coluna opinativa de Liz Batista para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o dia da comemoração da Independência do Brasil serviu, ao longo de toda a história, para “mostrar o país ao mundo, para exaltar os militares e para vaiaar”. Consonantemente também à coluna de Heloisa Murgel Starling para o jornal *Folha de S. Paulo*, o 7 de Setembro foi usado mais de uma vez como uma ferramenta para promover o governo em exercício no momento, como ocorreu em 1972 no mandato do general Emílio Garrastazu Médici durante o regime militar (1964-1985), na celebração dos 150 anos do evento. Na ocasião, o presidente negociou com o governo militar português para promover o transporte em cortejo dos restos mortais de D. Pedro I pelas capitais brasileiras. Além disso, após o golpe de 1964, a data foi estendida para uma semana inteira de comemorações que ficou conhecida como Semana da Pátria, e teve alta adesão do público, principalmente no final do período ditatorial, passados os denominados “anos de chumbo”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 07/09/21; O Estado de S. Paulo – Política - 07/09/21)

14- Comemorações do 7 de Setembro V: Cartazes golpistas ocupam manifestações bolsonaristas

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, entre as pautas das manifestações bolsonaristas no Dia da Independência, predominaram as antidemocráticas, compostas por pedidos de destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal, intervenção militar e intervenção federal “com manutenção de Jair Bolsonaro na presidência”. O periódico destacou a presença de cartazes em diversos idiomas, como inglês, espanhol e francês, defendendo uma “limpeza nas instituições”, contra o comunismo e clamando aos militares exercerem o papel de “poder moderador”. Conforme publicado pelo *Estado de S. Paulo*, além dos pedidos por intervenção dos militares, pautas como o fechamento do Poder Legislativo, eleições com voto impresso, defesa do agronegócio e combate à corrupção também se fizeram presentes. (Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 08/09/21)

15- Economista comentou o “milagre” econômico da ditadura militar

Em coluna à *Folha de S. Paulo*, o doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor na Escola de Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Thales Zamberlan Pereira comentou o mito do “milagre econômico”. Para o professor, a dicotomia entre democracia e prosperidade econômica, refletida pelo debate do “milagre econômico” do regime militar (1964-1985), é falsa, assim como a própria ideia do milagre, que seria uma “meia verdade”. Pereira ressaltou que, para realizar a análise do crescimento econômico do período da ditadura, seria necessário “comparar o Brasil com países que possuíam características

semelhantes às nossas entre 1964 e 1984”. Se realizado tal exercício, explicou o professor, é possível ver que “o aumento na renda durante a ditadura não foi maior do que a média dos países com renda semelhante”, isto é, países que passavam por um momento de transição demográfica e urbanização, como o Brasil. Por fim, Pereira reforçou: “o crescimento [econômico] na ditadura não ocorreu pela ausência da democracia”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 08/09/21)

16- Supremo retomará julgamento que coloca em crédito a política armamentista do governo federal

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que o Supremo Tribunal Federal (STF) retomará, no dia 17/09/21, o julgamento de ações que questionam a agenda armamentista corroborada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A retomada do procedimento se deu após o ministro Alexandre de Moraes devolver os processos, sobre os quais havia pedido vistas. Dado que o julgamento ocorrerá no molde de plenário virtual, os ministros depositarão seus votos por escrito, sem a necessidade de videoconferência. Tendo como relatores a ministra Rosa Weber e os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, as ações questionam os decretos do ano de 2019 que facilitaram a posse de arma de fogo, a decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de reduzir a zero a alíquota para a importação de revólveres e pistolas, e outras medidas implementadas pelo governo federal. (Correio Braziliense - Poder - 09/09/21)

17- Militar indicado pelo ministro da Defesa fará parte da Comissão de Transparência das Eleições de 2022

Segundo o *Correio Braziliense*, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, anunciou a composição da Comissão de Transparência das Eleições, que acompanhará cada etapa do processo de preparação das eleições de 2022. Fará parte da Comissão um representante militar. Segundo o periódico, Barroso procurou pessoalmente o ministro da Defesa, Walter Braga Netto para obter dele a indicação desse representante. O jornal lembrou que Braga Netto já condicionou a realização de eleições à adoção do voto impresso. Ainda assim, seu indicado, o general de divisão do Exército e comandante de defesa cibernética, Heber Garcia Portella, terá livre acesso a recursos do TSE para ajudar no planejamento de auditoria do processo eleitoral. (Correio Braziliense - Política - 10/09/21)

18- Periódico relembrou a tensão entre civis e militares na Campanha da Legalidade, em 1961

Em reportagem, *A Folha de S. Paulo* relatou os 14 dias de tensão entre o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e uma ala golpista das Forças Armadas entre os dias 25/08/61, dia da renúncia do então presidente da República Jânio Quadros e o dia 07/09/61, quando o vice-presidente da República João Goulart conseguiu tomar posse como presidente. Segundo o periódico, Brizola deu início à chamada Campanha da Legalidade, em defesa da Constituição e como resistência a uma ala golpista das Forças Armadas que ameaçava a posse do vice-presidente, que estava em viagem à China, por verem nele uma ameaça comunista. Foi instalada uma rádio nos porões do Palácio

Piratini, sede do governo gaúcho, de onde Brizola denunciava a tentativa de golpe. O jornal relata que uma ordem do general Orlando Geisel, chefe da Casa Militar em Brasília, para bombardear o Palácio foi interceptada pelo então sargento da Aeronáutica, Édio Erig, que providenciou com colegas de hangar para inutilizar os aviões e seguir para o Palácio em apoio a Brizola. O general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército (atual Comando Militar do Sul), também comunicou a Brizola que se posicionava com ele em defesa da legalidade. A posse de João Goulart foi costurada politicamente nos dias seguintes, segundo o jornal, a partir da substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, contrariando Brizola, que se recusou a comparecer à cerimônia. O jornal também incluiu a análise da professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e historiadora Heloísa Murgel Starling, de que há uma confusão entre o papel real das Forças Armadas, de força para defesa externa do país, e a tentativa de agir como um poder. A resistência à posse de Jango, afirma o jornal, foi mais um episódio a demonstrar isso. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/09/21)

19- Monólogo em cartaz em São Paulo retratou a experiência da ditadura militar
A *Folha de S. Paulo* divulgou a peça "Hamlet: 16 x 8", dirigida por Marco Antônio Rodrigues e em temporada digital e presencial até 12/09/21 no Teatro Sérgio Cardoso, em São Paulo. Segundo o periódico, o monólogo propôs uma aproximação entre o dramaturgo Augusto Boal e o ator Rogério Bandeira a partir de suas vivências da ditadura militar, de 1964 a 1985. Boal foi exilado político, enquanto Bandeira cresceu em meio a viagens com seu pai, advogado de presos políticos. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 10/09/21)

20- Sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em São Paulo poderá se tornar um centro de memória às vítimas da ditadura militar

Segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo*, uma audiência foi realizada na sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), do 2º Exército, em São Paulo, para determinar o que será feito com o terreno. Segundo o jornal, o Ministério Público Estadual deseja transformar o local, o maior centro de tortura da ditadura militar, de 1964 a 1985, em um centro de memória às vítimas. Já o governo do estado resiste à medida por falta de verba. O governo de São Paulo pediu 90 dias para entregar um plano. O jornal ainda lembrou que o ex-chefe do DOI-Codi, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, é considerado um herói pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo - Política - 10/09/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)